

ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL E BIBLIOTECA INCLUSIVA

Ana Márcia Andrade Silveira de Sousa¹
Barbara Suellen Ferreira Rodrigues²

RESUMO

É por meio da Comunicação que os seres humanos criam relações, buscam seus interesses, compreendem o mundo, aprendem e se desenvolvem. Na educação formal ou informal, a comunicação permeia o processo de ensino aprendizagem. No entanto, essa comunicação se dá de forma diferente para cada indivíduo, de acordo com suas necessidades específicas. Para ser acessível e haver uma troca harmoniosa de informações, a comunicação precisa ser livre de barreiras que a comprometam (Sasaki, 2009). As bibliotecas, por sua vez, têm a missão de disseminar o conhecimento e gerenciar as informações para que sejam acessíveis a todas as pessoas. Portanto, exige uma comunicação acessível para cumprir o seu papel com bom êxito. Diante do exposto, essa pesquisa visa investigar as práticas de Comunicação Acessível na prestação de serviços de informação para pessoas surdas na Biblioteca do IFCE – Campus Sobral, Ceará e discutir as características de uma Biblioteca Inclusiva que favoreça a Comunicação Acessível. A pesquisa foi desenvolvida por meio de entrevistas semi-estruturadas com uma docente e dois discentes vinculadas à instituição que apresentam surdez. Para tanto, realizamos um estudo exploratório-descritivo com abordagem qualitativa durante o período de março a maio de 2024. A análise dos dados foi conduzida por meio do método de análise de conteúdo de Bardin (2016), visando interpretar e atribuir significado às informações coletadas. Os resultados evidenciaram o conhecimento sobre os serviços ofertados na Biblioteca estudada, as práticas de acessibilidade comunicacional ausentes e presentes na biblioteca, bem como a descrição de elementos neces-

1 Discente do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, marcia.sousa82@aluno.ifce.edu.br;

2 Doutora, Professora orientadora no Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, barbarasuellen@ifce.edu.br;

sários para a comunicação acessível. Os serviços ofertados na biblioteca incluem: empréstimo domiciliar, auxílio à pesquisa, consulta local, acesso à internet e visitas guiadas. Dentre as práticas de acessibilidade comunicacional reconhecidas pelos participantes estão a comunicação através de texto escrito e leitura labial. Urge a realização de estudos sobre comunicação acessível uma vez que o direito e a dignidade das pessoas com necessidades específicas devem ser garantidas pelo Estado, com vistas na inclusão social em todas as esferas da sociedade.

Palavras-chave: Surdez, Pessoas com Deficiência, Serviços de Biblioteca, Acessibilidade Comunicacional.

INTRODUÇÃO

A Declaração de Madri (2002) apresenta uma nova visão a respeito das pessoas com deficiência e sua participação na sociedade, sinalizando ferramentas para melhor compreender o processo de inclusão social, ao identificar que as “ações estão deixando de dar ênfase em reabilitar pessoas, para se ‘enquadrarem’ na sociedade e adotando uma filosofia mundial de modificação da sociedade” (Declaração [...], 2002, p.2), a fim de incluir e acomodar as necessidades de todas as pessoas.

As pessoas com deficiência, a partir de suas lutas, estão buscando oportunidades iguais e acesso a todos os espaços e recursos da sociedade, exigindo seus direitos para uma educação inclusiva, novas tecnologias, serviços sociais e de saúde, atividades esportivas e de lazer, bens e serviços ao consumidor, que promovam a inclusão e não a segregação. Estudos como os de Sasaki (2009), Vergamini (2020), Almeida (2024), evidenciam que dentre as formas de garantir a inclusão de pessoas com necessidades específicas de forma efetiva e autônoma na sociedade é através de atitudes que promovam a acessibilidade. Nesse contexto, é importante resgatar o conceito de Acessibilidade posto no Estatuto da pessoa com deficiência:

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2015, cap. I, art.3).

A acessibilidade torna-se, assim, protagonista e essencial na vida da pessoa com deficiência, conforme vemos nos estudos de Napolitano (2016), quando este afirma que a acessibilidade traz a possibilidade e as condições de igualdade de oportunidades, favorecendo mudanças consideráveis na sociedade para torná-la acessível por qualquer indivíduo em quaisquer circunstâncias, independentemente de suas particularidades.

Romeu Sasaki, estudioso e consultor sobre inclusão social, apresenta ainda, a acessibilidade como:

uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana. Se a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada sob os princípios do desenho universal, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência (Sasaki, 2009, p.2).

Podendo ser identificada em sete dimensões denominadas como: acessibilidade arquitetônica, acessibilidade natural, acessibilidade atitudinal, acessibilidade comunicacional, acessibilidade instrumental, acessibilidade metodológica e acessibilidade programática. As dimensões de acessibilidade estão apresentadas no quadro-síntese a seguir a partir de leituras dos estudos sobre Acessibilidade, como Sasaki

(2000) e Freitas (2020), onde trazemos as dimensões e seus respectivos objetivos, bem como exemplos práticos para colaborar com a compreensão dos leitores.

Quadro 1 – Dimensões de Acessibilidade

Dimensões	Objetivos	Exemplos práticos
Acessibilidade atitudinal	Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.	Implementação de ações e projetos relacionados à acessibilidade em toda a sua amplitude. A priorização de recursos para essas ações é um indicativo da existência de acessibilidade atitudinal.
Acessibilidade arquitetônica	Promover a adequação de espaços e a extinção de barreiras físicas e ambientais dentro de residências, espaços públicos e privados, edificações e equipamentos urbanos.	Presença de rampas, banheiros adaptados, elevadores adaptados, piso tátil, entre outras
Acessibilidade programática	Está relacionada às normas, leis e regimentos que respeitam e atendem as necessidades das pessoas com deficiência, e se necessário, utilizar adaptações razoáveis para incluir a todos.	Promoção de processos de sensibilização que envolvem a informação, o conhecimento e a aplicação dos dispositivos legais e políticas relacionadas à inclusão e à acessibilidade de estudantes com deficiência em todos os cenários da sociedade
Acessibilidade metodológica	É também conhecida como acessibilidade pedagógica e diz respeito à queda de barreiras nas metodologias de ensino.	Utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, como, por exemplo: pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos.

Dimensões	Objetivos	Exemplos práticos
Acessibilidade instrumental	Visa superar barreiras em utensílios, instrumentos e ferramentas de estudo dentro das escolas e também em atividades profissionais, de recreação e lazer.	Envolve todas as dimensões e sua materialidade reflete a qualidade do processo de inclusão plena da pessoa com deficiência
Acessibilidade comunicacional	Diz respeito ao acesso à comunicação interpessoal (como língua de sinais), comunicação escrita em livros, apostilas, jornais, revistas e comunicação virtual.	Presença do intérprete na sala de aula em consonância com a Lei de Libras – e Decreto de Acessibilidade.
Acessibilidade natural	Refere-se à extinção de barreiras da própria natureza. Essa dimensão defende que a pessoa com deficiência também pode usar a natureza para meditar, para brincar, para contemplar etc. a fim de frequentar lugares como cachoeiras, praias e etc.	Promover a acessibilidade, de forma que a pessoa com deficiência possa usufruir dos ambientes naturais sem agredir a natureza.

Fonte: Construído pelo próprio autor.

As dimensões da acessibilidade foram idealizadas a fim de tornar mais fácil a vida das pessoas com deficiência, uma vez que visa eliminar ou minimizar as barreiras encontradas em todos os aspectos da sociedade, oferecendo modelos acessíveis para a arquitetura, a comunicação, as metodologias de ensino, tecnologias, acesso a ambientes naturais e até mesmo nas relações interpessoais.

A dimensão da acessibilidade comunicacional para as pessoas surdas se constitui objeto de estudo nesse artigo. Quando falamos das pessoas surdas, a dimensão da acessibilidade comunicacional tem grande relevância, pois trata diretamente de como essas pessoas compreendem e são compreendidas na sociedade, trata-se de uma forma de comunicação que busca a inclusão no modo de falar, de escrever, de se comunicar seja pessoalmente ou virtualmente, em que a linguagem gestual e a escrita acessível se tornam protagonistas neste processo.

“Considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” (Brasil, 2005, cap. I, art. 2). Portanto, compreendemos que a “Surdez é a diminuição da capacidade de ouvir, levando-se em consideração os níveis definidos como

normais, podendo ser classificada como leve, moderada ou grave” (Conselho [...], 2021, p.1).

De acordo com a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência:

Entende-se a comunicação como aquela que abrange as línguas, a visualização de textos, o braile, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis. E a ‘Língua’ abrange as línguas faladas e de sinais e outras formas de comunicação não-falada (Brasil, 2016, art. 2).

Entre as formas de comunicação usadas pelas pessoas surdas, a língua de sinais tem maior destaque. De acordo com Vergamini (2020), por um longo período, as línguas de sinais foram proibidas e subestimadas, sendo reconhecidas como língua apenas a partir de 1960, graças às pesquisas do linguista americano William Stokoe sobre a American Sign Language (ASL).

As investigações de Stokoe (1960), revelaram que as línguas de sinais possuem uma estrutura linguística rica, sendo capazes de expressar uma variedade de tópicos complexos, o que as caracteriza como línguas completas e independentes. A fonologia, segundo Stokoe (1960), desempenha um papel crucial na organização dessas línguas, permitindo uma análise de suas unidades linguísticas de forma mais sistemática.

Almeida (2013) afirma que quando falamos a língua de sinais nos referimos a uma língua de “produção manuo-motora e de recepção visual”, com vocabulário e gramática próprios, independente da língua oral, usada pela comunidade surda e alguns ouvintes, tais como parentes de surdos, intérpretes, professores e outros.

A Lei nº 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, reconheceu oficialmente a Libras como a segunda língua oficial do Brasil. Esse reconhecimento garante o direito das pessoas surdas de utilizarem sua língua natural em espaços públicos e no ensino, promovendo o respeito à diversidade linguística (Brasil, 2005). Assim, a aprendizagem da Libras e o conhecimento da cultura surda possibilita a comunicação e a interação com sujeitos surdos, em contextos sociais, promovendo acessibilidade aos saberes e às práticas culturais. (Müller, 2020)

Portanto, o ideal seria que nos diferentes espaços sociais e de educação formal e não formal, existissem pessoas proficientes em Libras, que pudessem estabelecer uma comunicação direta ou mesmo profissionais tradutores intérpretes de Libras aptos a mediar a comunicação entre ouvintes e surdos. Infelizmente, essa realidade ainda é pouco vista no Brasil, com alguns avanços em espaços públicos, principalmente em espaços culturais e salas de aula. A fim de minimizar as barreiras existentes na comunicação da pessoa surda, na falta da comunicação em Libras, Vergamini (2020), aponta medidas como: utilização de centrais de intermediação surdo-ouvinte, comunicação escrita e leitura labial.

Pressupõe-se, a partir das reflexões expostas, que para um pleno exercício, a biblioteca precisa ser acessível a todas as pessoas, incluindo pessoas que demandam necessidades específicas, sejam elas, físicas, sensoriais ou mentais. Na constituição de uma biblioteca, bem como na oferta de serviços é fundamental um planejamento que contemple as dimensões de acessibilidade.

A acessibilidade nas suas várias dimensões tem inquietado o processo de trabalho como bibliotecária da Universidade Federal do Ceará no Campus de Sobral, Ceará, desde 2008, quando por meio da observação empírica, percebemos os grandes desafios vivenciados por discentes com deficiência na busca por informações no cotidiano da experiência acadêmica. Soma-se a esse aspecto a responsabilidade profissional, ética, político-social de proporcionar meios que possam garantir o direito e a dignidade das pessoas com alguma deficiência, e nesse estudo, especificamente, das pessoas surdas. Portanto, uma biblioteca como um ambiente multifacetado, acessível e inclusivo deve disponibilizar estrutura, acervo, serviços e atividades para todas as pessoas.

Nesse contexto, temos como objetivos investigar as práticas de Comunicação Acessível na prestação de serviços de informação para pessoas surdas na Biblioteca do IFCE – Campus Sobral e discutir as características de uma Biblioteca Inclusiva que favoreça a Comunicação Acessível. A pesquisa traz uma abordagem qualitativa, com a qual pretendemos compreender mais profundamente como se estabelecem as relações de comunicação entre a pessoa com surdez, na busca por serviços e produtos de informação e os servidores da Biblioteca do IFCE – Campus Sobral, Ceará, na oferta desses serviços e produtos. As informações foram coletadas por meio da aplicação de entrevista semiestruturada com pessoas surdas que compõem a comunidade acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) no Campus Sobral.

Os resultados foram organizados por meio de categorias que foram abstraídas das entrevistas com uma docente e dois discentes vinculadas à instituição que apresentam surdez. Inicialmente, realizamos uma descrição dos participantes e, por conseguinte, apresentamos os resultados referentes ao (1) *conhecimento sobre os serviços ofertados na Biblioteca*; (2) *as práticas de acessibilidade comunicacional* e, (3) *Biblioteca Inclusiva: os elementos necessários para uma comunicação acessível*. Salienta-se que os resultados foram analisados e discutidos a partir da literatura pertinente.

A relevância desse estudo compreende a necessidade de abordar sobre os direitos das pessoas com deficiências, suas diversidades e necessidades específicas. A inclusão tem sido o grande desafio das políticas públicas no Brasil, pois envolve a necessidade de um planejamento no qual as pessoas com deficiência possam expressar suas demandas e discutir com o poder público as prioridades para garantir o acesso e preservar o direito, e aqui, enfatizamos o acesso às bibliotecas, como um importante equipamento para a inclusão no Ensino Superior.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva com uma abordagem qualitativa. Gil (2021), em seus estudos sobre a pesquisa social, afirma que quando se deseja explorar determinado fenômeno e comportamento, e ainda descrevê-lo para compreender como este se manifesta em determinados cenários, realizamos uma investigação exploratória-descritiva.

A abordagem qualitativa foi escolhida nesse estudo, uma vez que se propõe compreender como se estabelecem as relações de comunicação entre a pessoa com surdez, na busca por serviços e produtos de informação e os servidores da Biblioteca do IFCE – Campus Sobral, na oferta desses serviços e produtos.

O cenário da investigação foi a Biblioteca do Campus do IFCE situada na cidade de Sobral, Ceará. Baseada na definição de Gil (2021, p. 47), que descreve essa abordagem como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Participaram da pesquisa dois discentes e uma docente com surdez, vinculados à Instituição que aceitaram participar do estudo por meio do Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ressalta-se que estes representam a totalidade de pessoas com surdez que utilizam os serviços da Biblioteca.

A coleta de informações ocorreu durante o período de março a maio de 2024, por meio da utilização de um roteiro de entrevista semiestruturada contendo 5 (cinco) perguntas identificando o tipo de surdez e abordando o conhecimento dos participantes sobre os serviços ofertados na biblioteca, além das práticas de acessibilidade e as sugestões para a efetivação de uma biblioteca inclusiva. Gil (2021) destaca que a entrevista semiestruturada apresenta diferentes formatos, caracterizando-se pelo estabelecimento prévio de uma relação de questões ou tópicos que são apresentados aos entrevistados.

As entrevistas foram previamente agendadas com os participantes e mediadas por um tradutor e intérprete de Libras. Vale ressaltar que a entrevista com a docente foi realizada de forma presencial e com os discentes, realizamos de forma *online* por meio da Plataforma *Google Meet*.

A análise das informações se deu a partir do método de Análise de Conteúdo desenvolvido por Bardin (2016), o qual define o método como um *conjunto de técnicas* de análise das comunicações, divididos em três momentos: (1) Pré – análise; (2) Exploração do material e, (3) Análise dos resultados obtidos e Interpretação. Dentre as técnicas propostas pela autora, utilizamos a análise categorial do conteúdo, que propõe o tratamento (transcrições e organização das falas) e prévia análise das entrevistas, a partir de uma leitura flutuante. Por conseguinte, exploramos o material através de leituras mais aprofundadas e fizemos a codificação e categorização das falas para prosseguir com a análise e interpretação dos resultados.

Por se tratar de um estudo que envolve seres humanos, a pesquisa foi aprovada pela Comissão de Ética do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, através do parecer consubstanciado nº 6.712.263.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para obter os resultados almejados, de acordo com nossos objetivos, utilizamos o método de análise de conteúdo de Bardin (2026), que apresenta um conjunto de técnicas para a análise das comunicações, dentre as quais, elegemos a técnica de análise categorial ou temática, que funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias, segundo reagrupamentos analógicos, Bardin (2016), para codificar e categorizar o apanhando de

informações coletadas através das entrevistas semiestruturadas com a docente e os discentes com surdez.

Realizada a coleta de informações através de entrevistas semiestruturadas, seguiu-se com a fase de tratamento e organização do conteúdo, na qual foi feita a transcrição das entrevistas com o auxílio do recurso online: <https://transkriptor.com>, e organização das falas em arquivo documental concebendo a pré-análise do conteúdo coletado, com o objetivo de tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise Bardin (2016), nessa fase realizamos uma leitura flutuante do material, a fim de estabelecer contato com os documentos a analisar e conhecer o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações (Bardin 2016). A partir dessa primeira leitura, foi possível identificar o sentido das falas a partir dos objetivos pré estabelecidos na pesquisa.

Depois desse reconhecimento e absorção inicial do apanhado empírico, iniciamos a exploração do material, essa fase longa e fastidiosa que consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas (Bardin, 2016). Embasada na seguinte premissa, realizamos a codificação e categorização do material, identificando as unidades de registro, unidades de contexto e estabelecendo as unidades de significação ou categorias a serem analisadas.

O processo de análise inicia-se com uma caracterização dos participantes e, por conseguinte, apresentamos os resultados referentes a categorização (1) *conhecimento sobre os serviços ofertados na Biblioteca*; (2) *as práticas de acessibilidade comunicacional* e, (3) *os elementos necessários para uma comunicação acessível em uma Biblioteca Inclusiva*. Ressalta-se que, a partir da literatura pertinente, foi possível analisar e discutir o conteúdo abstraído da coleta de informações.

Quanto a caracterização dos participantes, podemos afirmar que a surdez pode ter diferentes graus, tipos, ser congênita ou adquirida e afetar pessoas de qualquer idade sob variadas formas. Seus prejuízos são diversos e, comumente, provoca alterações na comunicação com grande impacto na saúde e qualidade de vida, no desenvolvimento acadêmico e nas relações de trabalho (Conselho [...], 2021).

Vergamini (2020), traz a seguinte classificação a respeito das pessoas com surdez: surdos usuários de Língua de sinais (sinalizadores), que no caso do Brasil utilizam a Libras - Língua Brasileira de Sinais; surdos usuários da língua oral (ora-

lizados), que conseguem falar bem oralmente (português falado) e fazem leitura labial; surdos bilíngues, que são usuários da língua de sinais e da língua oral; surdos usuários de códigos domésticos, que não dominam nem a língua de sinais e nem a língua oral e que usam alguns gestos, normalmente criados no ambiente familiar (Vergamini, 2020).

Para um melhor conhecimento dos participantes, investigamos com que tipo de surdez cada um deles se identifica, ao que obtivemos as seguintes respostas: *“Eu nasci surda. Meu pai e minha mãe me obrigaram a oralizar durante a minha infância”* *“eu vou ter acesso a esses dois caminhos. Eu vou sinalizar e eu vou oralizar.”* *“Hoje me identifico como bilingue em desenvolvimento”* *“Ele se considera um surdo bilingue”*.

Diante das falas apresentadas, constatamos que todos eles se consideram do tipo bilingue, dos quais, dois deles, manifestaram a preferência pela comunicação através da Libras. Almeida (2013), apresenta o Bilinguismo, como uma nova filosofia educacional que apreende a língua de sinais na sua forma genuína, independente da língua portuguesa, que tem como pressuposto básico que o surdo deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua, a língua oficial do país.

Tomando os estudos de Almeida (2013) que demonstram que as pessoas com surdez quando se deparam com a língua portuguesa, não compreendem as informações escritas como as ouvintes, uma vez que não apreenderam a linguagem oral, que em pessoas ouvintes precede o processo da escrita, mesmo as que usam próteses não desenvolve a audição como as pessoas que adquirem a audição de forma natural, pois muitas vezes escutam de forma distorcida ou com diferença sonora, diante dessa afirmação constatamos que os entrevistados têm conhecimento da língua portuguesa e se comunicam através da escrita, mas manifestam preferência pelo uso da Língua de Sinais, como primeira língua, como demonstra uma das entrevistadas quando traz a seguinte fala *“ porque sinalizar me ajuda a entender, a compreender as informações de maneira mais clara do que oralizar”*.

Diante do exposto, destacamos a necessidade de pessoal treinado na Língua Brasileira de Sinais para atuar no atendimento ao público das bibliotecas, uma vez que para as pessoas com surdez, a Libras constitui a sua primeira Língua, tornando a comunicação mais acessível e de fácil compreensão, como sugere o documento *“Diretrizes para serviços de biblioteca para surdos”* da International Federations of Library Associations and Institutions (IFLA), quando afirma que

“os funcionários da biblioteca devem receber treinamento voltado para questões relacionadas à prestação de serviços à comunidade surda” (International [...], 2000, p.11).

1 CONHECIMENTO SOBRE OS SERVIÇOS OFERTADOS NA BIBLIOTECA

Para uma melhor compreensão da primeira categoria analisada, que diz respeito ao conhecimento dos serviços da Biblioteca, identificamos, através do site da Instituição, os serviços ofertados e obtivemos o seguinte resultado: empréstimo domiciliar, auxílio à pesquisa, consulta local, acesso à internet/WI-FI e visitas guiadas. Essa categoria buscou identificar o conhecimento dos participantes a respeito dos produtos e serviços oferecidos pela biblioteca estudada, observamos que apesar das respostas positivas, existe um grau de superficialidade nas afirmações, como podemos constatar nas seguintes falas: *“alguns materiais que a Biblioteca oferece são braille, também alguns computadores que são adaptados para leitura e áudio, leitura em PDF, que eu conheço.”* *“Conheço alguns”* *“já, eu conheço, já acessei o espaço da biblioteca”*

As respostas não demonstraram engajamento e os serviços não são especificados pelos usuários, que trazem em suas falas, respostas genéricas. Diante dessa observação acreditamos que o planejamento e divulgação dos serviços é frágil e não atinge o público entrevistado de maneira eficiente. Sobre esse aspecto, o documento intitulado Diretrizes para serviços de bibliotecas para as pessoas surdas da International Federations of Library Associations and Institutions (IFLA) (organismo internacional que representa os interesses dos serviços de bibliotecas e instituições de informação em todo o mundo), orienta que os “membros da comunidade surda, [...], devem ser envolvidos na criação e desenvolvimento de serviços de biblioteca e coleções para surdos, bem como no estabelecimento de comitês consultivos, organizações de serviço e redes” (International [...], 2000).

Carvalho (2020) apresenta a proposta de uma biblioteca que “sai da postura de armazenadora de informações para assumir uma postura centrada no processo de comunicação”, isso significa abandonar a filosofia de posse e investir na filosofia de acesso. Tal investimento envolve a participação dos usuários deste unidade de informação no planejamento dos serviços, através do compartilhamento de recursos informacionais e o trabalho em rede, a fim de minimizar

pontos deficitários e eliminar barreiras. No estudo proposto é fundamental a participação das pessoas com surdez na elaboração dos serviços a elas destinados.

2 AS PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

2.1 PRÁTICAS PRESENTES

Os surdos se comunicam com os ouvintes de várias maneiras. Dependendo de sua origem, nível de deficiência, identidade cultural e contexto, os surdos usam linguagem de sinais, fala, escrita, gestos ou diferentes combinações de tudo isso. Para garantir a prestação de serviços, é essencial que os funcionários da biblioteca sejam informados dessa diversidade e que sejam suficientemente treinados para entender e ser compreendidos com facilidade (Federação [...], 2000, p. 13).

Vimos que existe uma diversidade de formas de comunicação utilizada pela comunidade surda, o que viabiliza a sua comunicação na sociedade, observamos no nosso cenário de estudo, que algumas práticas são utilizadas, mesmo que sem um prévio planejamento, acontecendo de forma espontânea quando os alunos surdos, muitas vezes desconhecidos, chegam na unidade de informação a procura da demanda de serviços.

Para melhor abordar essa categoria trazemos as unidades de contexto identificadas: *“A gente se comunica só através de mensagens. Eu escrevo, e a gente tem essa relação mesmo, através do português.” “A gente foi até a biblioteca e levou esse aluno para ele se sentir mais em segurança.” “Eu me comunicava por leitura labial e com ajuda de amigos, pois no início eu ainda não sabia libras” “Sim, eles conseguiram me ajudar, teve a comunicação, também foi utilizado a escrita, o português escrito e assim a gente conseguiu se comunicar”.*

Portanto, observamos as seguintes práticas de acessibilidade comunicacional no atendimento dos participantes, mediante visita a Biblioteca do IFCE no Campus de Sobral: Comunicação através de mensagens escritas, Visitas guiadas auxiliadas pelo NAPNE com a presença de intérpretes e tradutores de Libras e Comunicação por leitura labial. Essa forma de comunicação que usa diversos meios para estabelecer a compreensão no diálogo entre surdos e ouvintes, apresenta traços da Filosofia da Comunicação Total, que precede a Filosofia do Bilinguismo apresentada anteriormente, e tem como principal objetivo a “efe-

tivação dos processos de comunicação entre sujeitos com surdez e os demais sujeitos” (Almeida, 2013, p. 100).

A Comunicação Total inclui, para efetivação no processo de comunicação, todo espectro dos modelos linguísticos: gestos criados pelas pessoas com surdez, língua de sinais, fala, leitura labial, alfabeto manual, leitura e escrita em língua portuguesa, acredita-se nesta concepção, que “a Língua de Sinais é fundamental para o indivíduo surdo, assim como as demais formas de comunicação” (Pereira, 2017, p. 13).

No entanto, existe uma forte crítica a esse modelo de comunicação por parte dos linguistas pesquisadores das línguas de sinais, que apontam problemas como a mistura de duas línguas (Língua Portuguesa + Língua de Sinais), resultando no Bimodalismo, inviabilizando o uso adequado da língua de sinais, a qual conclui que essa filosofia, serve mais aos familiares, educadores e interlocutores ouvintes do que as pessoas com surdez (Almeida, 2013).

2.2 PRÁTICAS AUSENTES

Nesse ponto, a ausência de pessoal com capacitação em Libras e o desejo de um maior vínculo do NAPNE – Núcleo de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas, com a biblioteca, a fim de intermediar a comunicação, foram os pontos mencionados pelos participantes, podemos acrescentar aqui a ausência de uma capacitação que vai além da Língua Brasileira de Sinais, mas que abranja o conhecimento da diversidade, direitos e leis sobre as pessoas com deficiência, bem como estratégias e conhecimento específico para um atendimento que contemple todas as dimensões da acessibilidade.

As unidades de contexto extraídas nessa categoria foram as seguintes: *“mas em relação a comunicação em LIBRAS não tem”, “o NAPNE não tem tanto vínculo com a biblioteca assim”, “Muitos aprendem, fazem um curso, aprendem a sinalizar, aprendem libras, mas com o tempo eles vão perdendo vão esquecendo a libras, por falta de contato”, “Libras não tem, só por escrito”, “mas mesmo depois de aprender libras ainda me comunicava com os servidores apenas por leitura labial pois eles não sabiam libras.”*

Sobre esse ponto a International Federations of Library Associations and Institutions (IFLA), orienta que:

Bibliotecas com um número significativo de usuários surdos deve considerar seriamente empregar pelo menos uma pessoa com

um domínio relativo da linguagem de sinais em suas unidades de informação e garantir que o restante da equipe esteja familiarizado com os sinais básicos que são úteis (International [...], 2000, p.14).

O serviço prestado nas bibliotecas reúne esforços para a satisfação de seus usuários que buscam conhecimento bibliográfico, apoio tecnológico e espaço adequado para desenvolvimento de suas pesquisas. A comunidade surda, por sua vez, deve poder se beneficiar do mesmo nível de serviço de que gozam todos os utilizadores. Isso requer pessoal capacitado adequadamente para desenvolver e operar o serviço.

Para prestar serviços adequados as pessoas com surdez, é necessário que a equipe da biblioteca conheça suas necessidades específicas, incluindo as necessidades de comunicação acessível, a cultura surda, a língua de sinais e as tecnologias assistivas desenvolvidas para essa parcela de usuários, como a legendagem de programas de vídeo, os sistemas de acesso à comunicação, os dispositivos de alerta especializados, entre outros.

A fim de efetivar a inclusão das pessoas com deficiência em todos os aspectos educacionais, sociais e arquitetônicos, através de ações voltadas para as pessoas com deficiência, através do Atendimento Educacional Especializado, foram criados na Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia, os NAPNES, que atuam fazendo esse elo da pessoa com deficiência e os demais setores da Instituição de ensino.

Na biblioteca, a presença e apoio do Napne é fundamental para o acolhimento, conhecimento das pessoas com deficiência e um atendimento adequado de acordo com suas necessidades específicas, através de parcerias, treinamentos e disponibilidade de pessoal capacitado na língua de sinais, a fim de intervir positivamente na realidade incapacitante e possibilitar uma transformação daquela situação, gerando inclusão e diminuindo barreiras.

3 BIBLIOTECA INCLUSIVA: ELEMENTOS NECESSÁRIOS PARA UMA COMUNICACIONAL ACESSÍVEL

As bibliotecas trazem, desde os primeiros registros escritos, o papel de armazenar, tratar e transmitir a memória humana, desempenhando um papel crucial na promoção da educação, leitura e aprendizado ao longo da vida, carregam no cerne de sua missão a disseminação da informação com igualdade

de oportunidades, pois permitem que pessoas de diferentes origens socioeconômicas, idades, e etnias e níveis de educação, com ou sem necessidades específicas tenham acesso aos seus repositórios de conhecimento para sua formação e desenvolvimento pessoal e profissional, sendo-lhes acoplada a responsabilidade de prover acesso às informações codificadas, registradas ou gravadas nesses documentos, contribuindo para a formação de uma sociedade mais humana e dignificadora (Carvalho, 2024).

Partindo dessas características que apresentam a missão de uma biblioteca e da premissa, que nada deve ser feito sobre as pessoas com deficiência sem as pessoas com deficiência, essa categoria apresenta sugestões dos participantes sobre o que pode ser feito em vista de um maior engajamento dos servidores, na melhoria das práticas de acessibilidade comunicacional. Somando-se a essas percepções, apresentamos elementos extraídos da literatura pertinente que apontam caminhos para a acessibilidade comunicação em bibliotecas.

As unidades de registro identificadas que caracterizam as falas dos entrevistados foram as seguintes: bolsista do NAPNE atuando na Biblioteca, curso para servidores oferecidos pelo NAPNE, sinalização visual do ambiente, cores vibrantes sinalizando os espaços e acessos, necessidade de conhecimento sobre as dimensões da acessibilidade, treinamento em LIBRAS, treinamento sobre os tipos de pessoas com deficiência, suas diversidades e necessidades específicas.

Para uma biblioteca inclusiva e acessível às pessoas surdas no aspecto da comunicação a International [...] (2000), orienta que toda equipe da biblioteca deverá ter formação a respeito das diferentes técnicas de comunicação com as pessoas surdas, seja em língua de sinais, a fala, a escrita, os gestos e as diferentes combinações das mesmas; possuir telefone para surdos e outros recursos tecnológicos para facilitar a comunicação; todos os serviços de comunicação e interação com os usuários, como a página da biblioteca na internet, deverão possuir recursos visuais que desempenham a mesma função de recursos sonoros para os demais usuários; oferecer serviço de interpretação em língua de sinais ou interpretação oro-facial, assim como outros recursos de comunicação para que os usuários surdos recebam informação e orientação adequadas; e instalação de dispositivos luminosos de alerta para situações de emergência.

Portanto, o serviço de atendimento ao usuário deve apresentar resultados que comprovem que não existem mais barreiras entre a informação desejada e a sua localização espacial, bem como o reconhecimento do necessário engajamento da pessoa surda e sua participação no gerenciamento da biblioteca que

deve se envolver no processo de tomada de decisões sobre o planejamento e operacionalização de serviços e produtos a ele destinado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a discussão empreendida neste estudo, podemos constatar que a Biblioteca do IFCE no Campus de Sobral, trata-se de uma unidade de informação com boa acessibilidade arquitetônica, dispoindo de elevador, rampas de acesso e computadores adaptados. Na dimensão da acessibilidade atitudinal, vimos que os servidores demonstram interesse e disponibilidade para atender as pessoas com deficiência da melhor maneira possível, buscando técnicas empíricas no fazer diário. Quanto a acessibilidade comunicacional, foram demonstrados, através da coleta de informações, pontos fortes como a comunicação por escrita, leitura labial, entre outras e também pudemos perceber a necessidade de um maior conhecimento quanto as necessidades reais das pessoas com deficiência, suas diversidades e necessidades específicas.

O estudo nos leva a inferir que é propício um estudo de usuários, para um maior conhecimento do público atendido, a fim de um planejamento voltado para ações e serviços que sejam acessíveis a todas as pessoas, inclusive as pessoas com deficiência, seja qual for a necessidade específica que se apresente. Averiguamos, ainda, através da bibliografia consultada que as bibliotecas em sua maioria, ainda pensam seus serviços de forma exclusiva e cômoda, sem ouvir e sem discutir com as pessoas com deficiência o que elas demandam, a fim de buscar meios de atender as necessidades dessa parcela da sociedade que carrega décadas de invisibilidade.

Por fim, coletamos sugestões que podem ser colocadas em práticas para melhoria na oferta dos serviços e produtos da biblioteca em questão, bem como em outras bibliotecas, que tenham a pretensão de tornarem-se mais acessíveis e inclusivas. As contribuições apresentadas são: capacitações sobre pessoas com deficiência e suas diversas necessidades específicas, conhecimento sobre as dimensões de acessibilidade, aprimoramento das técnicas de acessibilidade comunicacional e conhecimento de Língua Brasileira de Sinais e maior participação do núcleo de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas – NAPNE nas ações da biblioteca.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wolney Gomes. Introdução à língua brasileira de sinais. Bahia: UAB/UESC, 2013. 153p. Disponível em: 2024.

BRASIL. Presidência da República. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: protocolo facultativo à convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Brasília: 2007. Disponível em: <https://encurtador.com.br/IK2NI>. Acesso em: 19 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a língua brasileira de sinais - libras, e o artigo 18 da lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Diário Oficial da União, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Lei 13.146 de julho de 2015: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 out. 2024.

CARVALHO, I. C. L.; KANISKI, A. L. A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem?. Ciência da Informação. Brasília, v. 29, n. 3, p. 33-39, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/j9RG4gLkBGTTqqfQ6L-BxMwy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15. Ago. 2024.

CONSELHO Federal de Fonoaudiologia – CFF. Dia Nacional de Prevenção e Combate à Surdez. CFF, 2021. Disponível em: <https://fonoaudiologia.org.br/dia-nacional-de-prevencao-e-combate-a-surdez/> Acesso em: 15 out. 2024.

DECLARAÇÃO de Madri: a não-discriminação e a ação afirmativa resultam em inclusão social Aprovada em Madri. Tradução de Romeu Kazumi Sassaki. Espanha: Congresso Europeu de Pessoas com Deficiência, 2002. Disponível em: <https://encurtador.com.br/Zfefk>. Acesso em: 17 out. 2024.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Directives destinées aux services de bibliothèque, pour les sourds. IFLA Professional Reports. 2 ed. La Haye, 2000.

FORTALECIMENTO de bibliotecas acessíveis e inclusivas (Manual orientador) / São Paulo: Mais Diferenças, 2016. Disponível em: <https://maisdiferencas.org.br/>

wp-content/themes/maisdiferencas/downloads/materiais/manual_orientador.pdf. Acesso em: 19 out. 2024.

GIL, Antonio Carlos. Como Fazer Pesquisa Qualitativa. São Paulo: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9786559770496. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770496/>. Acesso em: 17 out. 2024.

MÜLLER, Janete Inês; KIST, Karoline. Língua Brasileira de Sinais e cultura surda: práticas inclusivas em um Instituto Federal. LínguaTec: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves. v. 5, n. 2, p. 62-74, nov. 2020. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/andreiakantz,+Artigo_4.pdf. Acesso em: 22 out. 2024.

NAPOLITANO, Carlos José, LEITE, Lúcia Pereira, MARTINS, Sandra Eli S. de Oliveira. Acessibilidade em pauta na comunicação midiática. Journal of Research in Special Educational Needs, 2016. n.16, p, 126-129. Disponível em: <https://nasen-journals.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1471-3802.12136>. Acesso em: 15 out. 2024.

PEREIRA, Rachel de C. Surdez: Aquisição de Linguagem e Inclusão Social. 2. ed. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2017. E-book. p.13. ISBN 9788554651619. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788554651619/>. Acesso em: 25 out. 2024.

SASSAKI, R. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação). São Paulo, 2009, Disponível em: <https://encurtador.com.br/J2PJI>. Acesso em: 17 out. 2024.

STOKOE, W. C. Sign language structure: an outline of the visual communication systems of the American deaf. Studies in Linguistics, Occasional Papers 8. Buffalo: University of Buffalo, 1960.

SPIGEL, C. C. da S. Um homem, um legado: acessibilidade para além do espaço físico, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/V5q2b> . Acesso em: 18 out. 2024.

VERGAMINI, Sabine. Acessibilidade comunicacional: surdos que sinalizam. Projeto inclusão com acessibilidade no trabalho, 2020. Disponível em: <https://www.acessibilidadenotrabalho.org/modulos/acessibilidades/acessibilidade-comunicacional-surdos-que-sinalizam>. Acesso em: 19 out. 2024.